

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO FRENTE AO DESAFIO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Argeu Cavalcante Fernandes
Aluno do Mestrado Acadêmico em Ensino (PPGE)/CAMEAM/UERN
Email: ageldcavalcanti@hotmail.com

Josefa Aldacea Chagas de Oliveira
Prof^ª do Departamento de Educação – DE/CAMEAM/UERN
E-mail: Alda.c@brisanet.com.br

Maria Leidiana Lira de Sousa Cavalcante
Professora especialista da Rede Estadual de Ensino
Email: leidargeu2@gmail.com

RESUMO: Este trabalho propõe-se a estudar o Programa Mais Educação, institucionalizado pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, visando a entender sua funcionalidade no ambiente escolar, identificando suas proximidades e distanciamentos em relação à perspectiva da Educação Integral, desafio histórico da Educação Pública no Brasil. Adotou-se a pesquisa do tipo qualitativa, em cujo processo se desenvolveram estudos bibliográficos e documentais, além da observação *in loco* e a aplicação de instrumentais de construção de dados, como questionários semiabertos com representações dos segmentos escolares de duas escolas públicas estaduais de Pau dos Ferros – RN. Os contextos da investigação apontaram que o Programa Mais Educação tem contribuído com a melhoria das aprendizagens nas escolas investigadas e contempla ações que acenam uma perspectiva multi e intercultural, principalmente na escola em que sua implementação ocorre há mais tempo. Constatou-se, também que, embora esses avanços existam, há, ainda, um distanciamento/desarticulação entre as ações do Programa e o Projeto Político-pedagógico das escolas e suas ações gerais, na cotidianidade, com vistas à superação de déficits nos processos de ensino-aprendizagem e na gestão de problemáticas, como evasão e repetência escolar e seu foco inclusivo.

Palavras-chave: Programa Mais Educação. Educação Integral. Multi e interculturalidade.

INTRODUÇÃO

Pesquisas recentes do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA e da Fundação Getúlio Vargas – FGV (2011) evidenciam que a educação constitui-se uma política pública que apresenta a melhor taxa de retorno e a que mais contribui, efetivamente, para a superação das desigualdades.

Apesar dos avanços alcançados pelo Brasil, segundo as referidas pesquisas, em que o país alcançou o posto de quinta economia do mundo, são inegáveis os múltiplos e imensos desafios de desconcentração de renda, de superação da miséria e da melhoria da qualidade da Educação Básica (sobretudo) e Superior. Afinal, é sabido que, embora,

se reconheça, no contexto das políticas públicas educacionais, nas duas últimas décadas, o empenho do Brasil em atingir progressivo níveis de acesso à escolarização por parte das camadas excluídas da população, há, ainda, uma imensa população fora da escola e da universidade, além da convivência cotidiana com os que estão na escola, com baixos níveis de aprendizagem, com a evasão e a repetência escolares, segundo os índices revelados pelas avaliações institucionais.

Essa ótica perpassa, dentre outras coisas, pelo combate às desigualdades, onde haja articulação entre a educação básica com a educação superior, atentando para o currículo, as necessidades de jornada de tempo integral, pelo compromisso do Estado em ofertar educação pública com qualidade para todas as pessoas. Muitas destas questões estão em processo no Plano Nacional de Educação – PNE/2001. Trata-se de uma qualidade que se traduza na elevação das aprendizagens dos alunos na escola, na adequação curricular às necessidades cognitivas e de desenvolvimento afetivo e sociocultural das pessoas, na valorização dos profissionais do magistério e na adoção de padrões de infraestrutura escolar condizente com as demandas de aprendizagem num cenário social de desenvolvimento tecnológico e científico, mas também de massificação de cultura e da derrocada de valores humanísticos, dentre outros aspectos.

As problemáticas inerentes a esse quadro, circunstancialmente, vivenciado e tendo em vista o desafio histórico da educação integral nos contextos da educação pública brasileira, motivou-nos a desenvolver estudos sobre o Programa Mais Educação, institucionalizado pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC com vistas a entender sua funcionalidade, no que tange à estrutura e à organização no ambiente escolar que, por natureza, é multicultural identificando proximidades e distanciamentos do referido programa em relação à perspectiva da Educação Integral, desafio histórico da Educação Pública no Brasil.

Nesse cenário se abre caminho para mais uma tentativa de aplicar e reinventar, a Educação Integral, inspirada nas ideias e práticas de experiências escolanovistas de educação para a vida, calcada na filosofia do John Dewey, onde se destacaram Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e outros estudiosos comprometidos com a causa da luta pela educação de qualidade para todos.

Estruturalmente o trabalho contempla três partes embasadas nas ideias dos autores Gadotti (1992, 2009); Antunes e Padilha (2010); Souza (2011) dentre outros. Na primeira parte tratamos de fazer um delineamento da pesquisa expondo a temática e lócus da investigação, retratando um pouco da universalização do acesso escolar e de

como faz-se necessário que agregado a esse quantitativo do acesso viessem a perspectiva de uma educação onde a qualidade do ensino fosse referência.

Na segunda parte do trabalho abordamos como a pesquisa foi realizada descrevendo os procedimentos metodológicos e o tratamento qualitativo dos dados obtidos através de questionários semiestruturados aplicados aos sujeitos da pesquisa.

Na terceira parte apresentaremos a análise dos dados, trataremos de assuntos mais particulares com relação à implementação do Programa Mais Educação e suas premissas, bem como o conceito que os sujeitos investigados têm sobre Educação Integral, verificaremos como todo o processo se dá, no cotidiano escolar das instituições, qual grau de participação os agentes educativos têm, em relação ao progresso do programa, seus anseios e perspectivas, dentre outros aspectos.

1. EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: CONCEPÇÕES E HISTORICIDADE

A educação integral que está sendo imposta, na contemporaneidade, não está de acordo com o significado dessa integralidade no que diz respeito às especificidades e/ou necessidades do indivíduo ao qual é destinada. Educação integral não é a mesma coisa de tempo integral ou horário integral como muitos pensam ou estão propagando, não é aquela educação transmitida apenas na escola com horários fixos e tempos determinados. Antes, é uma troca de múltiplos conhecimentos que acontecem em contextos multiculturais, uma relação entre escola e comunidade que podem se articular através de projetos e ações voltados para além dos muros escolares.

Como bem frisou Antunes e Padilha (2010, p. 18-19), a Educação Integral pode ser fundamentada para “desenvolver uma experiência escolar ou comunitária de horário ou de tempo integral, aumentando a jornada de permanência dos alunos nas instituições educacionais onde elas estudam ou desenvolvem atividades diversas”. A discussão da Educação Integral não é recente. De acordo com Paro (1988, p. 189), as discussões têm início na década de 1920, e, conforme ressalta o autor “ainda que não, necessariamente, ligada ao regime de período integral, mas já apontando”. Neste período, surgiam os primeiros elementos que, na década de 1950, passariam a constituir como proposta de educação em tempo integral. A esse respeito, as experiências desenvolvidas têm como foco as camadas populares e sua formação, o que em certa medida antecipa as questões que se farão presentes nas décadas seguintes.

Há algumas décadas o Brasil tem difundido a educação integral, lançando mão de discussões, estudos, encontros e conferências. Nesse prisma podemos citar alguns estudiosos que disseminaram e/ou disseminam esse “modelo”, concepção de educação. Dentre eles o Anísio Teixeira (anos 50) e suas experiências com a Escola Parque, como referência sua experiência no estado Baiano, com ideia inovadora e criativa pretendia construir um novo modelo de educação. “A proposta visava a alternar atividades intelectuais com atividades práticas, como artes aplicadas, industriais e plásticas, além de jogos, recreação, ginástica, teatro, música e dança, distribuídas ao longo de todo o dia” (GADOTTI, 2009, p. 23).

O projeto teve êxito, através de muito esforço e criatividade. Já que os recursos eram poucos e políticas educacionais para esse modelo de educação, pouco difusos. A semente foi plantada, porém, sua continuidade não teve viabilidade. Também, abraçou esse projeto Darcy Ribeiro com a implementação dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), retomando o projeto de escola pública de Anísio Teixeira para crianças em tempo integral, no Rio de Janeiro (GADOTTI, 2009).

Não podemos esquecer outro destaque brasileiro na defesa da Educação em tempo integral o educador Paulo Freire, que propunha uma visão popular, no intuito de transformar a realidade local, seus programas contemplavam discussão sobre escola cidadã e cidade educadora, dentre outras.

Atualmente, as experiências educacionais pautadas no conceito de tempo integral e de educação em tempo integral estão mais uma vez em destaque enquanto políticas públicas. Vários exemplos de situações exitosas são apresentados por Gadotti (2009) em todo território brasileiro como inovações educacionais em processos. Dentre esses exemplos o autor cita alguns projetos de Educação Integral que tem acompanhado de perto. São eles: o programa “Bairro-Escola” do município de Nova Iguaçu (RJ), “Escola Integrada” de Belo Horizonte (MG) e os projetos de Educação Integral e Cidadã de Osasco e de Sorocaba.

1.2. O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA ATUALIDADE: PROXIMIDADES E DISTANCIAMENTOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Nesse contexto é que se institui o Programa Mais Educação no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE está sendo implantada na rede básica de ensino em todo o Brasil. A perspectiva do programa é construir “uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo desse modo, tanto para

diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira” (BRASIL, 2009, p. 05).

O Programa Mais Educação é operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para as escolas prioritárias. Instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, dentre outras bases legais, compõem-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. (BRASIL, 2013). O programa busca viabilizar Educação Integral nas escolas na adoção de contraturnos, para a promoção de atividades extras no intuito de propiciar mudanças, de comportamentos e valores.

Primando por uma atuação concreta, que não os coloque na situação de meros reprodutores no segmento de construção de uma sociedade. Não apenas criar novos métodos e procedimentos, porém, renovar em sentido literal as práticas atuais, para que os ajudem a atingir o seu fim, na busca de uma reflexão crítica e uma ação criativa no que concerne a melhoria da qualidade de ensino.

O programa funciona, com destaque em sua operacionalização pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), junto a Secretaria de Educação Básica (SEB). O programa é financiado por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Em parceria com o Programa Bolsa Família (PBF) tem perspectiva de fortalecer “a atuação intersetorial, a pactuação federativa e o foco da área educacional para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social” (BRASIL, 2013).

A área de atuação do programa foi definida inicialmente para atender, prioritariamente, as escolas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), situadas em capitais e regiões metropolitanas. O Ministério da Educação afirma que em média 32 mil escolas já participam do Programa Mais Educação. Este chegou aos municípios e estados através do Ministério da Educação, constituindo-se como estratégia para ampliação da jornada escolar e a adesão ao programa é fundamental para escolas, cuja maioria de alunos esteja incluída no programa Bolsa Família.

As escolas das redes públicas estaduais, municipais e do Distrito Federal que participam do programa recebem recursos adicionais para oferecer ensino em tempo integral, com no mínimo sete horas diárias. Essas escolas necessitam fazer a readesão ao

programa no período estabelecido, para que sejam atualizadas ou revistas às atividades escolhidas nos anos anteriores, bem como o reajuste dos repasses dos recursos destinados ao programa para que viabilize sua continuidade.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em questão é de cunho qualitativa já que objetiva analisar as questões particulares com relação as análises feitas. “Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2007, p. 21). Em sua fase exploratória dedicamos tempo para definir e delimitar o objeto de pesquisa, na ocasião o Programa Mais Educação e sua perspectiva de Educação Integral.

Num segundo momento nos detemos a fazer o estudo teórico e a revisão dos documentos dados primários essenciais para o decorrer da pesquisa. Após esse estudo minucioso tivemos condições de falar com propriedade acerca do gerenciamento do programa, seu conceito e objetivos propostos. Através do trabalho de campo nos foi possível selecionar os sujeitos pesquisados de duas escolas públicas estaduais no município de Pau dos Ferros, conhecer tanto a parte física das instituições quanto as concepções intelectuais dos sujeitos acerca do tema em questão.

Para construção dos dados foram aplicados questionários semiestruturados para os diversos segmentos educativos que tem papel fundamental na implementação e na viabilização do Programa Mais Educação, foram eles: gestores, professores coordenadores, monitores, alunos e familiares responsáveis pela vida escolar dos educandos.

Por fim, analisamos os dados colhidos à luz dos referenciais teóricos, buscando compreendê-los, interpretá-los e valorizá-los. “Ou seja, análise qualitativa não é uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações” (MINAYO, 2007a, p.27).

3. ACHADOS DA PESQUISA

3.1 O OLHAR DOS SUJEITOS DA PESQUISA SOBRE O “PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO”: A ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados obtidos através da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas e aplicação de questionário semiestruturado aos agentes do processo de implementação e desenvolvimento do Programa Mais Educação, que é instituído pela portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, e segundo o Manual Operacional de Educação Integral (BRASIL, 2012. p. 3) é “uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral”.

Quando pedimos aos alunos, pais, mães e/ou responsáveis pela vida escolar do aluno que escrevessem sobre o que sabiam a respeito do Programa Mais Educação, nos deparamos com a realidade da implementação do programa nas instituições de ensino pesquisadas, onde as ações realizadas são com perspectivas a ampliação da jornada escolar como estratégia de reforço na aprendizagem do aluno, não pudemos contemplar a perspectiva da educação integral preconizada pelo programa em questão. Por preservação dos dados dos sujeitos investigados, trataremos daqui por diante de denomina-los com as letras A e B, já que a pesquisa se deu em duas instituições escolares. Os alunos e seus responsáveis legais das escolas A e B deram as seguintes respostas quando questionados sobre o Programa Mais Educação:

Alunos A: Um programa em que a gente passa mais tempo na escola; Ele serve para aprender mais; Eu sei que ajuda as crianças a melhorar a aprendizagem. **Responsáveis A:** Não sei nada sobre o programa; O Mais Educação faz com que o meu filho aprenda mais; É um tempo a mais que as crianças ficam na escola. **Alunos B:** É um tempo a mais pra aprender com mais eficiência; O programa possibilita que passemos mais tempo na escola; Programa mais educação é mais cultura, esporte, educação. **Responsáveis B:** Eu gosto muito do programa mais educação, meu filho faz parte quero mais reforço nas letras juntar as letras na escrita dele; Ajuda no aprendizado e que alguns não tem alimentos em casa e uma criança bem alimentada tem melhor desempenho escolar e outros de convívio social e etc; Mais tempo das crianças na escola.

De acordo com as respostas, fica claro que esses agentes de grande importância para o progresso e continuidade da política em questão não são informados como deveriam acerca do programa, desde seu conceito, objetivos, nem pouco sobre suas metas. O que não deveria ocorrer, já que uma das atribuições dos gestores das escolas é, a obrigação de darem toda as informações sobre o programa para a comunidade escolar, como bem está descrito no manual passo a passo do mais educação “Cabe ao diretor

promover o debate da educação integral em jornada ampliada nas reuniões pedagógicas, de planejamento, de estudo, nos conselhos de classe, nos espaços do Conselho escolar, nas atividades com a comunidade escolar” (BRASIL, 2012, p.18).

Está claro que os sujeitos entendem que o programa se trata de ampliação da jornada escolar, bem como os benefícios na aprendizagem oriundos das suas ações, porém, ainda estão muito aquém da perspectiva de educação integral em que se embasam as propostas do programa. “Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens” (BRASIL, 2012, p. 3).

3.2 A CONCEPÇÃO DOS SUJEITOS PESQUISADOS SOBRE A EDUCAÇÃO INTEGRAL

A Educação Integral tem se apresentado nos dias atuais como um dos elementos de suma importância para um novo contexto educacional com perspectiva de reestruturação da grade curricular da educação básica, por esse motivo se faz presente na legislação educacional brasileira e nas discussões, debates e formulações dos mais renomados educadores há décadas.

Porém, o conceito de educação integral é cheio de polissemia e com o aumento significativo de políticas e programas voltados para esse modelo de ensino fizeram surgir ideias e conceitos que vão do diverso ao contraditório. Veremos isso claramente ao analisarmos as falas dos sujeitos pesquisados. Ao perguntarmos: O que você entende por Educação Integral? As respostas foram as seguintes:

Gestora A: É uma educação onde o aluno fica mais tempo na escola, trabalhando atividades diversificadas, contemplando o indivíduo como um todo, preparando-o melhor para a vida. **Gestora da escola B:** Constitui-se na estratégia de promover a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outros setores da sociedade.

As falas das gestoras são coerentes com alguns dos conceitos vigentes sobre educação integral, as respostas retratam tanto as concepções individuais de ambas como a experiência vivenciada no contexto de cada instituição. O texto referência para o

debate sobre educação integral faz menção a caracterização da educação integral a partir de experiências vividas ao longo dos anos e concepções que foram adquiridas, frisa no texto o seguinte:

Essas experiências e concepções permitem afirmar que a Educação Integral se caracteriza pela ideia de uma formação “mais completa possível” para o ser humano, embora não haja consenso sobre o que se convencionou chamar de “formação completa” e, muito menos, sobre quais pressupostos e metodologias a constituiriam. Apesar dessa ausência de consenso, é possível afirmar que as concepções de Educação Integral, circulantes até o momento, fundamentam-se em princípios político-ideológicos diversos, porém, mantêm naturezas semelhantes, em termos de atividades educativas (BRASIL, 2009, p. 16).

Após refletirmos sobre a citação supra citada, entendemos que realmente os conceitos mantêm um certo grau de semelhança. Seguiremos com as respostas dos professores coordenadores:

Professor A: É um horário destinado ao aluno para interagir na escola no sentido de aperfeiçoar a aprendizagem do mesmo”.

Professor B: É a educação que vem através de diversas ações ou campos de estudos favorecer a aprendizagem dos educandos em tempo integral.

Ambas concebem a educação integral como “um horário” a mais, ou seja, como tempo integral, como dissemos anteriormente a diversidade de conceitos, significados geram conflitos de ideias. Galian e Sampaio falam sobre a diferença entre educação integral e tempo integral, afirmando que “trata-se de falar em uma formação integral do indivíduo, neste último caso, e de ocupação ampliada do tempo na escola, no primeiro” (GALIAN e SAMPAIO, 2012, p. 404).

Certamente ainda existirão várias misturas entre os dois conceitos referenciados na citação, acreditamos que o tempo de conceber essas diferenças será de acordo com a realidade em que os sujeitos estejam inseridos. Por exemplo o tempo integral numa escola da rede pública que adote a implementação do programa recentemente, não será o mesmo de uma outra escola da mesma rede, ou da rede privada que a tempos trabalhe nessa perspectiva de educação. Agora mencionaremos as respostas dos monitores, alunos e responsáveis.

Monitores da escola A: É a educação que tem como objetivo integralizar o máximo possível as horas educacionais aos estudantes, e com isso o aluno mais presente no dia a dia na escola; Uma modificação da carga horária de ensino, ampliando o horário de aprendizagem do aluno. **Monitores da escola B:** É a educação que envolve todas as disciplinas integralizada. Aumenta o estímulo do aluno em razão à educação escrita, falada e formal; É a inclusão e valorização dos direitos e conhecimentos ao aluno.

Alunos A: Uma educação melhor; Não sei. Nunca vi falar; Uma educação melhor para todas as crianças. **Responsáveis A:** É muito legal para a aprendizagem das crianças; Educação melhor para crianças e para os adultos; Educação melhor, diferenciada da que tem apenas na sala de aula. **Alunos B:** Educação que nos ajuda no aprendizado, passando mais tempo na escola; É uma coisa muito boa, pra nós aprender mais; Uma educação bem melhor. **Responsáveis B:** Educação com a família toda e a comunidade; De ajudar na aprendizagem de nossos filhos; Acredito que deve ser uma educação que ajude as crianças aprender a ler e escrever.

Ao analisar as respostas das crianças e de seus responsáveis legais notamos que os estudantes até pela sua pouca maturidade ainda não fazem uma relação ou não entendem a diferença de uma educação convencional e de outra que venha para dar significado real ao que aprendem, que tem o intuito de influenciar todas as áreas de nossa vida, as respostas olhando nesse prisma tem grande valor, entendemos no entanto que mesmo tendo pouca idade para entender claramente faltou esclarecimento por parte das instituições, já que deviam por obrigação esclarecer os alunos sobre os ideais previstos na elaboração e desenvolvimento do programa em questão, não só os alunos quanto a família e comunidade como todo.

Podemos perceber pelas respostas dos responsáveis de ambas as escolas que não tem o entendimento do que se trata uma educação integral em sua plenitude, nem ao menos com relação ao programa em que seus filhos são beneficiários. Não podemos deixar de destacar que alguns pais tem uma ideia do que venha a ser uma educação integral quando dizem que a família e a comunidade devam fazer parte, e quando falam de uma educação de melhor qualidade, estão com toda razão.

3.3 PERSPECTIVAS DA ESCOLA FRENTE AO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Mais Educação, não é mais uma ideia tornou-se realidade está presente em várias escolas da rede pública do ensino, por todo o Brasil. Em algumas instituições as experiências são mais positivas e tem maior repercussão, em outras a situação é a de um futuro incerto com relação a eficácia do programa e sua continuidade. Tendo consciência disso, nos propomos a ouvir os sujeitos pesquisados e descobrir quais expectativas tem acerca do Programa mais Educação em curso nas suas escolas. As respostas abaixo, nos permitiram compreender o que esperam do programa:

Gestora da escola A: Melhorar a convivência com os alunos, despertar o gosto pelo estudo, trabalhar temas transversais, conquistar a comunidade escolar e acompanhar o aluno nas atividades escolares.

Gestora da escola B: Não muitas, haja visto toda desorganização do cotidiano da escola para acontecer o funcionamento, tendo em vista a falta de adequação dos espaços físicos da escola.

Ficou claro na fala da gestora da escola A que a instituição tem boas expectativas com relação ao desenvolvimento do programa, porém quando se refere a conquistar a comunidade escolar, nos deparamos com um descompasso, como conquistar se não é feito um trabalho em prol desse objetivo, para que a comunidade se envolva temos que dar significado real a sua participação e como fazer isso, inserindo-os realmente no cotidiano escolar, fazer com que sintam-se importantes, tanto quanto o são, e disso toda escola tem consciência, sem o envolvimento da comunidade e principalmente da família a educação por si só não se viabiliza.

Seguindo essa linha de pensamento podemos atentar para o que nos diz o documento de referência Passo a Passo do mais educação. “A proposta educativa que este Programa quer evidenciar articula-se a partir da compreensão de uma escola que baixa seus muros e encontra a cultura, a comunidade, a cidade em processos permanentes de expansão e criação de territórios educativos” (BRASIL, 2009, p. 03).

Por sua vez a gestora da escola B não demonstrou muito entusiasmo, poucas são as expectativas e essa descrença é por causa de um dos problemas que atingem a maioria das escolas da rede estadual de ensino, a falta de estrutura física. Com relação a esse problema o documento acima citado reconhece essa dificuldade, mais não como ponto determinante para inviabilizar o funcionamento do programa, o mesmo frisa que

“o espaço físico da escola não é determinante para a oferta de educação integral. O reconhecimento de que a escola não tem espaço físico para acolher as crianças, adolescentes e jovens nas atividades de educação integral não pode desmobilizar” (BRASIL,2012, p.19).

É sugerido ainda que os agentes educativos das instituições façam todo um mapeamento da escola e do entorno, para averiguar a existência de salas que podem está sendo usadas apenas como depósitos de livros, matérias de manutenção etc. Que podem ser usadas para fins das ações do programa, bem como na comunidade se existe um galpão, centros comunitários dentre outros locais que possam servir de abrigo para os alunos desenvolverem as atividades ofertadas.

Os professores coordenadores também fizeram uma apreciação acerca do programa e de seu desenvolvimento.

Professor A: As ideias da realização do programa são muito boas, mas existem entraves que não dão prioridade ao mesmo e acaba não sendo realizado da forma que deveria ser.

Professor B: A escola em tempo integral, aos poucos está se tornando realidade. Embora de uma forma dolorosa, pois deveria ter sido implementada em outra dimensão tanto no que diz respeito aos espaços físicos, quanto á formação dos docentes etc. Nessas perspectivas estamos penalizados, arcando com grandes dificuldades, respondendo por mais um programa que mal interpretado e, em mal funcionamento poderá ajudar a engrossar as fileiras do alto índice de analfabetismo, ao invés de incluir e formar para cidadania.

As respostas mostram a realidade das escolas, as mesmas compreendem os benefícios que o programa trará para as instituições, pois a ideia prevista para seu desenvolvimento é sem sombra de dúvidas eficaz. No entanto, torna-se fundamental compreender que mesmo em meio a déficits infraestruturais, a escola precisa construir arranjos educativos bem definidos (SOUZA, 2011).

4. TECENDO CONCLUSÕES PARA INICIAR O DEBATE

Este artigo teve como finalidade analisar o Programa Mais Educação em duas escolas da rede estadual de ensino no município de Pau dos Ferros-RN. Neste âmbito

podemos concluir que as escolas em questão têm encontrado algumas dificuldades para a implementação do programa, desde o déficit de estrutura à falta de formação dos agentes corresponsáveis para estar à frente do trabalho. Falta ainda, muita informação para ser dada para toda a comunidade escolar. Todos os sujeitos investigados falaram sobre o programa contemplando apenas a ampliação da jornada escolar, apenas alguns demonstraram ter conhecimento em linhas gerais da perspectiva de educação integral fomentada pelo programa.

Embora toda essa problemática envolvendo o desenvolvimento do programa, averiguamos que este já contribui para a melhoria da aprendizagem dos estudantes, no que diz respeito ao letramento e a uma melhor socialização. Os sujeitos pesquisados demonstraram a mesma compreensão, o que falta na realidade, é uma articulação real do programa ao Projeto Político pedagógico(PPP) das instituições pesquisadas. Assim, as ações desenvolvidas estarão interligadas com a realidade da comunidade local. De certo a ampliação da jornada escolar já tem resolvido alguns problemas que a comunidade escolar tinha, com relação ao tempo ocioso dos estudantes fora da escola, há um maior envolvimento nas ações provenientes do programa.

Concluimos, que o Programa Mais Educação enquanto tempo ampliado está posto nas escolas, com vistas a uma educação de mais qualidade no que tange ao aproveitamento do maior tempo em que o aluno permanece na escola, no entanto, atua como um reforço do ensino regular, que acontece com a fragmentação da jornada escolar em dois turnos. Assim, a perspectiva da educação integral presente no programa, como bem grafado em seu plano, ainda é no cenário local uma perspectiva em construção. Resta-nos torcer para que a articulação entre as escolas e as ações do programa aconteçam, e de preferência a curto prazo, para que sejam elaborados conjuntos de indicadores que mensurem, a um só tempo e de forma integradora, o bem estar individual e coletivo dos agentes educativos envolvidos nesse processo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A.; PADILHA, P. R. **Educação Cidadã, Educação Integral: fundamentos e práticas.** SÃO PAULO: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. . – (Educação Cidadã; 6).

BRASIL. **Educação integral: texto referência para o debate nacional.** - Brasília : Mec, Secad, 2009. 52 p. : il. – (Série Mais Educação)

_____. Secretaria de Educação Básica Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Manual Operacional de Educação Integral**. Brasil/DF, 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Mais Educação: passo a passo**. - Brasília, 2013. 48 p.: il. - (Série Mais Educação).

GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. – (Educação Cidadã; 4).

GALIAN, C. V. A.; SAMPAIO, M. M. F. **Educação em tempo integral: implicações para o currículo da escola básica**. Currículo sem Fronteiras, v. 12, p. 403-422, 2012.

SOUZA, E. M. de F. **Educação em tempo integral: arranjos locais e o currículo escolar**. In.: Plano Nacional de Educação. Cadernos do Núcleo de Educação, Cultura e Desportos do Congresso Nacional. DRT/BA 2535, 2011.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

PARO, V. H. **Escola de tempo integral: desafio para o ensino público**. Cortez Editora/ Autores Associados. São Paulo, SP, 1988.